

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CÔMITE INTERSETORIAL DA POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA REALIZADA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2022- COM A PRESENÇA DOS **MEMBROS TITULARES**: Darcy da S. Costa (MNPR); Isabel P. Souza (SMADS); Luiza Trotta (SMDHC); Maria Luiza Franco Garcia (SMS); Padre Edson Teixeira de Lima (Paróquia Nossa Senhora AQUIROPITA); Roseli Kraemer; Priscila Pereira da Silva (SEFRAS); Verônica B. S. Martines (Clínica DH); **MEMBROS SUPLENTE**: Cleiton Conceição (É de Lei); Guilherme Eufrasio Pinheiro (Clínica DH); Maria Luiza Burgarelli (SMDHC); **PARTICIPANTES**: André P. Santos; Barbara Mariana Vicente (ODH/SMDHC); Benedit J. Santos; Bruna Iglesias M. de Oliveira (DPS/SMDHC); Eduardo R. da Silva (ODH/SMDHC); Fabiana Silva Pires (CRS-Centro-População em situação de rua); Filipe Santoro (SMADS); Gisele B. de Abreu; Isabella Soares dos Santos (ODH/SMDHC); João Edson de Menezes (É de Lei); Jonathan L. Pedro (SEFRAS); José Franco A. da Silva; Jhenyfer Simão Dias (SEFRAS); Kelseny Medeiros (Gabinete Erika Hilton); Lucas de Almeida Alves (SMADS); Marcela Gama Corrêa (GSUAS/SMADS); Marcelo Justo dos Santos (ODH/SMDHC); Maria de Jesus S. ; Maria Clara Ferreira (COVS/SMADS); Michelly G. Rubini; Milena Santana (SMDHC); Pedro Luiz da Silva (MNPR).

A sra. **Lucas** (SMDHC) iniciou a reunião com o primeiro informe sobre a alteração de trajeto do Centro de Promoção e Defesa dos Direitos da População em situação de rua para Santana.

No segundo informe, o sr. **Alan** (QUALITEST) falou sobre a terceira etapa de pesquisa do Censo PopRua. Ainda de acordo com Alan, o censo foi dividido em três grandes momentos: (i) contagem, fase quantitativa onde foi realizada a contagem do número total da população em situação de rua; (ii) amostral, fase em que foram aplicados questionários a uma quantidade específica de pessoas; (iii) identificação das demandas e necessidades dos territórios, nesse sentido ressaltou que a nova metodologia está sendo realizada conjuntamente com a SMADS.

Foi então passada a pauta da reunião, e a sra. **Luiza** (SMDHC) abriu a pauta explicando o Plano de Contingência de Baixas Temperaturas que terá como período o dia 30 de abril a 7 de setembro, essa data foi estabelecida tendo em vista recomendações trazidas pelo Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas (CGEC). Além disso, foi exposta a nova inserção de um novo critério de criticidade o “Estado de Alerta Máximo”, que foi pensado para abranger ações emergências de situações climáticas muito graves considerando a experiência de 2021, complementou

dizendo que a norma teve um caráter abrangente, sem especificação das temperaturas tendo em vista o contexto e recomendações trazidas por estudos da CGEC.

Ademais, falou sobre a coordenação técnica operacional entre as secretarias SMADS, SMUSU e SMDHC, complementou dizendo que entende a pertinência da recomendação do Comitê PopRua referente a cadeira fixa da sociedade civil, mas não ser possível devido ao fato de que as reuniões possuem um caráter estritamente técnico de execução das políticas públicas no intuito de alinhamento entre as secretarias. Finalizou pontuando que a portaria que regulamenta o Comitê de Gestão de Situações de Baixas Temperaturas prevê que este tem a autonomia para convidar o Comitê PopRua para acompanhamento de atividades.

Sobre o monitoramento de óbitos, mencionou o fato da SMDHC com apoio da SMADS e SMSU, ter implementado um GT de trabalho que desde o ano passado está analisando e articulando entre as secretarias uma forma de qualificação no fluxo de monitoramento. Mencionou que até o final do ano será criada uma normativa para efetivar este monitoramento não apenas no período de inverno, mas o ano todo.

Em relação às ações da zeladoria urbana, a sra. **Maria Luiza** (SMDHC) informou sobre a inclusão de um artigo no plano que faz referência ao Decreto nº 59.246/2020 - para reforçar que é vetada a apreensão de barracas, colchões e outros itens no horário compreendido entre 18:00 e 7:00 horas, em dias chuvosos ou cuja temperatura ou sensação térmica atingirem nível igual ou inferior a 13° graus.

No segundo momento, a sra. **Luiza** (SMDHC) falou sobre as recomendações realizadas pelo Comitê PopRua que foram aderidas ao Plano de Operações Baixas Temperaturas de 2022. Dentre as recomendações aderidas, foram mencionadas:

- Aumentar oferta de vagas de leito baixo e de vagas para públicos específicos em Centros de Acolhidas;
- Prever no Plano de 2022 a distribuição de roupas de frio, cobertores, sopas e bebidas quentes em dias de extremo frio;
- Qualificar e facilitar o fluxo de acesso a vagas da SMADS para as equipes do Consultório na Rua e Redenção na Rua;
- Expandir e territorializar os equipamentos de acolhimento emergencial e viabilizar atendimento de porta aberta ao longo do período de baixas temperaturas;
- Iniciar a organização dos trabalhos em março;

- Estabelecer reunião de planejamento das ações que serão efetivadas no período de baixas temperaturas entre Comitê Permanente de Gestão de Situações de Baixas Temperaturas e Comitê PopRua;
- Criar mecanismos em SMADS para obter de forma detalhada as motivações de recusa à acolhimento em Centros de Acolhida;
- Manter avaliação geral das ações do Plano de Contingência para Situações de Baixas Temperaturas
- Por parte da Guarda Civil Metropolitana, apoiar as ações do CNR e RnR em horário estendido e em finais de semana;
- Melhorar integração com o Subcomitê de Zeladoria Urbana;
- Enviar relatórios das visitas da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal para as Secretarias que compõem o Comitê Permanente de Gestão de Situações de Baixas Temperaturas;

Já as recomendações não aderidas em 2022, citou e justificou do seguinte modo: (i) Articular com SECOM campanha relacionada a doação de roupas em bom estado, disse que está sendo analisada a viabilidade da campanha, mas que no momento as secretarias não possuem estrutura para conseguir organizar e redistribuir a grande quantidade de roupas; (ii) Apresentar metodologia unificada de produção de dados para facilitar a compreensão, mencionou a falta de estrutura das secretarias para unificar o grande número dados, mas que seria possível apresentar de forma mais acessível e transparente a metodologia.

A sra. **Isabel** (SMADS), disse que as vagas de acolhimento perpassam duas preocupações centrais: o déficit de oferta de vagas e a modificação do perfil da população em situação de rua, havendo uma demanda importante para famílias, mulheres com filhos e sem filhos e a população trans.

Sobre o déficit de vagas, falou sobre a expansão da rede estar voltada à medidas emergenciais, tendo em vista que em períodos de baixa temperatura o foco é tirar pessoas em situação de rua das calçadas para diminuição da possibilidade de óbitos. Mencionou a articulação das SMADS e SME para transformar clubes em Centros de Acolhidas Emergenciais. Segundo ela, a seleção de clubes foi realizada a partir de critérios de regionalização, isto é, foi verificado quais clubes eram mais próximos aos territórios que possuíam maior contingente de população em situação de rua e também uma estrutura mínima adequada. Finalizou dizendo que irão estabelecer filtros de prioridades após a devolutiva da SmE em relação aos clubes disponíveis.

Sobre o acolhimento de famílias, mulheres e população trans, mencionou a abertura de vagas em hotéis e as dificuldades de conclusão de parcerias devido a desistência de algumas redes hoteleiras. A sra. **Raquel** (SMADS) complementou a fala citando a parceria da SMADS com a guarda civil para realizar o câmbio e recâmbio das pessoas ao clube, além da articulação junto com a Cruz Vermelha para a promoção da campanha do agasalho.

A sra. **Roseli Kraemer** (RPR) falou sobre a ação positiva da Cruz Vermelha no ano passado, sugeriu o clube Joerg Bruder como centro de fixação para o Centro de Acolhida, pelo grande espaço ter estrutura para abarcar muitas pessoas, cachorros e carroças. Questionou a possibilidade do Consultório na rua estender o horário para período noturno. Requereu a alteração do decreto da zeladoria urbana que autoriza a remoção das barracas.

O sr. **Darcy** (MNPSR) mencionou a falta de um acolhimento adequado que consiga atender a pluralidade demandas da população em situação de rua, além da falta de vagas. Por fim, reiterou o posicionamento da sra. Roseli Kraemer sobre o decreto sobre a retirada das barracas nas ações de zeladoria urbana.

O sr. **José Franco** falou sobre a problemática das pessoas em situação de rua não aderirem aos serviços nos períodos de baixas temperaturas por causa do policiamento da GCM, e como isso poderia afetar o vínculo.

O sr. **Guilherme** (CDHLG) requereu uma especificação na legislação do termo “Estado de Alerta Máximo”, isto é, quais seriam os parâmetros de sensação térmica para a aplicação desse termo no âmbito de criticidade. Em seguida, chamou a atenção para a atuação da GCM no plano de baixas temperaturas, tendo em vista o histórico de violações da instituição, pediu que as ações não sejam contraditórias. Concluiu a fala solicitando representação do Comitê Poprua no Comitê Permanente de Operação de Baixas Temperaturas, tendo em vista que é papel da sociedade civil o monitoramento de políticas públicas.

A sra. **Verônica** (Clínica DHLG), solicitou que as retiradas das barracas nas operações de zeladoria urbana sejam suspensas nos períodos de baixas temperaturas, além disso requereu mais informações sobre o processo metodológico de monitoramento de óbitos e dados mais precisos sobre abordagens e recusas dos serviços de acolhimento. Sobre a produção de dados mais completa, exemplificou que, nos casos em que a recusa se dá pela distância com relação ao centro de acolhida, é importante registrar a localização da pessoa abordada e do centro de acolhida sugerido,

pois isso pode auxiliar na compreensão das necessidade de ampliação de vagas emergenciais.

A sra. **Kelseny** (Gabinete Erika Hilton) iniciou a fala recomendando que a preparação do plano de baixas temperaturas deve levar em conta estatísticas do Censo PopRua para especificar o número de novas vagas e o fluxo de óbitos. Além disso, pediu uma justificativa mais detalhada sobre as motivações de não participação de uma cadeira permanente do Comitê PopRua no Comitê Permanente de Operações de Baixas Temperaturas. A mesma questionou a falta de concretude do planejamento da reunião extraordinária, pois esperava que nesta reuniões já fossem indicados inicialmente os locais em que os centros de acolhida emergenciais seriam abertos, com quantidades, etc.

A sra. **Priscila** (SEFRAS) falou sobre a falta de acessibilidade nas vagas para pessoas com deficiência, e que muitas vezes os centros de acolhida por não terem estrutura, acabam destinando o atendimento para a secretaria da saúde. Apontou para a necessidade de atenção ao acolhimento de famílias, tendo em vista que a tipologia de perfil pode ser muito variada (Pai e filho, por exemplo).

O sr. **Cleiton** (É de Lei), expôs a preocupação sobre a estrutura de acolhimento com usuários de substâncias ilícitas, devido ao aumento de casos em períodos de baixas temperaturas. Mencionou as produções de “Casulos”<sup>1</sup> realizadas no Teatro Contêiner junto com outras organizações que podem contribuir de maneira positiva nas operações de baixas temperaturas. Nesse sentido, sugeriu a parceria do Poder Público com as organizações para o fornecimento desse material para a população em situação de rua.

O sr. **Alderon** (Rede Rua), pediu atenção a preparação da GCM tendo em vista que os maiores conflitos estão inseridos no contexto de ações da zeladoria. Requereu a priorização da população em situação de rua no plano de vacinação da gripe antes do período de baixas temperaturas e o fornecimento da relação de disponibilidade de vagas nos serviços com baixa exigência pelo Consultório na rua e SEAS.

A sra. **Jhennyfer** (SEFRAS), requereu informações sobre a disponibilidades de vagas para pessoas com deficiência e mulheres, devido à alta demanda nos períodos de baixas temperatura E reiterou os posicionamentos de não retirada das barracas nas

---

<sup>1</sup> “Casulos” é um termo popularmente utilizado para definir sacos de dormir impermeáveis para pessoas em situação de rua

ruas nas operações de zeladoria urbana e acesso mais seguro as informações de óbitos.

A sra. **Isabel** (SMADS), prontificou-se a trazer de maneira sistematizada o aditamento de vagas e que a distribuição de tipologias levará em conta a demanda de cada região. Mencionou a capacitação de abordagem do SEAS 4, que será utilizada nas equipes de redenção e de outros SEAS que não possuem experiência nas cenas de uso nos períodos de baixas temperaturas.

A sra. **Maria Luiza** (SMDHC), falou que entende que a participação da sociedade civil é fundamental, mas que o Comitê Permanente de Baixas Temperaturas trata de execuções estritamente técnicas, de execução direta da política pública. Sugere uma reunião do Comitê Permanente de Baixas Temperaturas e Comitê PopRua para criar um espaço de diálogo e sugestões.

#### **Encaminhamentos :**

1. Apresentação de informações técnicas sobre a Operação de Baixas temperaturas na próxima semana.
2. Serão convocados dois participantes do Comitê para participar de uma reunião extraordinária junto com a equipe técnica do Comitê de Baixas Temperaturas.